

**ATA DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2016
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
Nº 04/2016**

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente - Fernando Pereira Campos, 1.º Secretário - Albano Fernandes Álvares, 2.ª Secretária - Maria Cândida Pereira das Eiras. _____

PRESENCAS: Arnaldo António de Moura Silvestre Videira, António Pereira dos Penedos, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, Sandra Isabel André dos Reis, Magda Pereira Barroso, Carlos Alberto Mendes Ferreira, Isabel Cristina Gomes Torres, Rui Fernandes Álvares, Odete Cristina Queiroga Moreira, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia. _____

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Armindo de Sousa Pereira. _____

SECRETARIOU: Filipe Silva, Secretário do GAP. _____

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Fernando Eirão Queiroga, Presidente da Câmara, António Guilherme Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Maria do Céu Domingues Fernandes, Ana Luísa Pires Monteiro e Hélio Romeu Monteiro Pereira Martins, vereadores. _____

HORA DE ABERTURA: 10 horas e 30 minutos. _____

___ 1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

___1.1 - Informação a prestar pelo 1.º Secretário Executivo da CIM-AT, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal; _____

___1.2 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de junho 2016; _____

___1.3 - Assuntos de interesse municipal nos termos do Regimento; _____

___ 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

___2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei; _____

___2.2 - EHATB, EIM, SA - Relatório de Execução Orçamental reportado ao 1.º semestre 2016; _____

___2.3 - Proposta de Fixação e de Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis - 2016; _____

___2.4 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - 2017; _____

___2.5 - Proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita da Câmara Municipal para o ano de 2016; _____

___2.6 - Proposta de Adesão do Município de Boticas ao CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo; _____

___2.7 - Proposta de Autorização para Repartição de Encargos Plurianuais para Execução da Empreitada " Construção do Complexo Desportivo Multiusos de Pistas para Desportos Radicais; _____

___ 2.8 - Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipais / Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM); _____

___ 2.9 - Proposta "Regulamento Municipal de Transportes Escolares" / Aprovação definitiva; _____

___ 2.10 - Proposta de "Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais do Concelho de Boticas" / Aprovação definitiva. _____

___ Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respetiva convocatória. De imediato, deu conhecimento da correspondência recebida desde a última reunião: envio pela Câmara Municipal de Boticas do parecer dos Revisores Oficiais de Contas sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2016 do Município de Boticas (reg. 3277, de 28/Set.); comunicação do membro da Assembleia Municipal de Boticas, Armino Pereira, a informar da impossibilidade em comparecer na presente sessão da Assembleia Municipal (reg. 3263, de 27/Set.); envio pela Câmara Municipal de Boticas, da informação sobre a sua atividade e correspondente informação financeira (reg. 3210, de 22/Set.); envio pela Câmara Municipal de Boticas das propostas a submeter à apreciação da Assembleia Municipal (reg. 3209, de 22/Set.); ofício do Presidente da Câmara Municipal de Boticas a informar da sua eleição para o cargo de vice-presidente da Mesa da Seção de Municípios de Montanha da Associação Nacional de Municípios Portugueses e representante da CIM-AT na Comissão Distrital

de Proteção Civil de Vila Real (reg. 3208, de 22/Set.); envio pela EHATB, EIM, SA, do seu Relatório de Execução Orçamental, reportado ao 1.º semestre de 2016 (reg.3038, de 8/Set.); envio pela Câmara Municipal de Boticas, da Listagem de Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica Concedida pela Assembleia Municipal; convite da ANMP para o Seminário com o tema "Portugal 2020: os fundos comunitários e as autarquias locais" (reg. 2677, de 4/Ago.); envio pela Assembleia Municipal de Chaves de uma moção sobre o "Quadro Comunitário de Apoio 2020 (reg. 2586, de 27/Jul.); envio pela Assembleia Municipal de Chaves de uma moção relativa à isenção de pagamento de portagens no troço da A24 no Distrito de Vila Real (reg. 2585, de 27/Jul.); ofício do membro da Assembleia Municipal de Boticas, Luís Pires, a informar da impossibilidade em estar presente na sessão da Assembleia do dia 23 de junho 2016 (reg. 2288, de 29/Jun.) e envio das propostas apresentadas pelo membro da Assembleia Municipal de Boticas, Adérito Pinto, relativas à anterior sessão da Assembleia Municipal (reg. 2254, de 28/Jun.); _____

___ 1.1 - Informação a prestar pelo 1.º Secretário Executivo da CIM-AT, relativa à atividade desenvolvida por esta Comunidade Intermunicipal; _____

___ O Presidente da CIM-AT, Dr. João Batista, prestou informações sobre as atividades desenvolvidas pela CIM-AT, intervenção essa que ficará anexa à ata. Abordou a proposta de adesão do Município de Boticas ao CIAB - Tribunal Arbitral de

Consumo, que irá ser submetida na presente sessão da Assembleia. Explicou que esta adesão tem por objetivo a resolução mais ágil, mais fácil e gratuita, para os munícipes, dos seus conflitos de consumo com os prestadores de bens e serviços.

1.2 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de junho 2016;

Uma vez que a proposta de ata foi previamente enviada aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura.

De seguida foi posta a ata a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com um voto contra do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares e duas abstenções dos membros da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira e Magda Barroso.

1.3 - Assuntos de interesse municipal nos termos do Regimento;

Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:

O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, disse em relação aos apoios à natalidade disponibilizados pelo Município de Boticas, em concreto quanto à medida "Enxoval do Bebê", ter tido conhecimento de queixas relativamente à atribuição e /ou à não atribuição dos apoios previstos naquela medida em determinados casos, sugerindo que essas situações sejam averiguadas. Em relação aos incêndios ocorridos no país e no Concelho de Boticas, caracterizou os mesmos como "uma vergonha nacional". Referiu o papel importante da prevenção

①

para a diminuição das ocorrências de incêndios, afirmando ter verificado que existem matas densas no Concelho de Boticas. Perguntou à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia sobre as medidas que pretendem implementar para a prevenção de ocorrências de incêndios, assim como o que estava a ser feito para a resolução dos problemas resultantes dos recentes incêndios ocorridos no Concelho. Falou da poluição dos Rios, solicitando à Câmara Municipal sobre as medidas que pretende adotar para evitar essa poluição. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Manuel Pereira, referiu relativamente à questão dos incêndios, a falta de guardas florestais como uma das principais causas para a ocorrência dos mesmos. Apontou falhas em relação aos incêndios ocorridos no Concelho de Boticas. Afirmou que existem incendiários em Boticas que nunca são "apanhados" e que conseguem sempre os seus objetivos, referindo ainda existirem questões de "interesses". Afirmou saber a identidade de alguns incendiários no Concelho. Referiu que não se retiraram ensinamentos com os incêndios que têm ocorrido no Concelho. Em relação à data do feriado municipal, disse que a alteração da sua data não foi uma medida correta. Apontou ainda a falta de casas de banho públicas condignas na Vila. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, alertou para a necessidade de construção de uma ponte no caminho que foi aberto entre as aldeias de Beça e de Carvalhelhos. Recomendou que os passeios existentes à entrada da aldeia de Carvalhelhos fossem prolongados até à Estância Termal daque-

la localidade e da necessidade de limpezas junto à Estalagem. Manifestou a sua preocupação com a passagem de produtos estranhos do exterior para o interior do Agrupamento de Escolas Gomes Monteiro, sugerindo a colocação de uma rede junto às grades da escola e do reforço da vigilância. Em relação aos Centros Comunitários, disse não entender a razão dos mesmos estarem fechados. Deu conta da existência de lixo na ligação existente entre as localidades de Carvalhelhos e Lavradas, não entendendo, na sua opinião, a razão pela qual o mesmo ainda não foi retirado pelos responsáveis pela gestão do lixo. Apelou o Presidente da Câmara para o arranjo das ruas em Carvalhelhos. Disse que o Município devia apoiar na questão da melhoria dos regadios e sensibilizar os proprietários dos terrenos para o emparcelamento. _____

___O Presidente da Câmara Municipal informou, relativamente às questões solicitadas, que a Câmara Municipal procedeu ao levantamento de todos os sistemas de regadios do Concelho com necessidade de obras para eventual financiamento ao abrigo do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Tâmega. Disse que iria ser dado seguimento às candidaturas já aprovadas. Em relação ao emparcelamento, disse que o Município não tem competências na matéria e que outras entidades deveriam debruçar-se sobre o tema. Tomou nota de alguns pontos a melhorar na Freguesia de Beça e que irá, juntamente com o Presidente daquela Junta de Freguesia, analisar as prioridades e as soluções possíveis. Quanto ao lixo existente entre as localidades de Carvalhelhos e Lavradas,

informou que, quer a Junta de Freguesia quer a Câmara, já procederam a limpezas, no entanto as pessoas continuam aí a depositar algum lixo. Em relação aos Centros Comunitários, disse não conhecer nenhum Centro fechado, estando os mesmos em funcionamento com outras atividades, uma vez que não existem utentes suficientes para servir e a Santa Casa da Misericórdia tem que gerir recursos. Relativamente à alegada passagem de produtos do exterior para o interior do Agrupamento de Escolas Gomes Monteiro, informou que, embora não tendo tido conhecimento da situação, iria abordar o assunto no Conselho Geral daquele agrupamento. Em relação à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Manuel Pereira, informou que seria uma grande ajuda para a GNR se o mesmo desse a identificação dos responsáveis pelos incêndios ocorridos no Concelho. Disse que irá informar o Comandante da GNR deste conhecimento do membro da Assembleia Municipal. Informou de algumas medidas adotadas pelo Município para a prevenção de incêndios, nomeadamente a aprovação de uma candidatura para a limpeza de faixas primárias, bem como da abertura de caminhos pela Câmara Municipal para tentar controlar os incêndios, ainda que não fosse da sua competência. Informou da atribuição de horas de trabalho da máquina de rastos às freguesias do concelho para a limpeza de caminhos e aceiros. Afirmou que a grande responsabilidade nessa área é dos Conselhos Diretivos. Lamentou o desmantelamento das equipas de guardas florestais, bem como das Brigadas Florestais. Espera que sejam tomadas medidas concretas para a

diminuição dos incêndios no país e que não se fale dos incêndios apenas no período de verão. Confirmou que os incêndios verificados no Concelho não tiveram origem em operações de rescaldo mal efetuadas, tendo-se tratado de novos focos de incêndios. Agradeceu à população do Concelho de Boticas pelo apoio prestado aos bombeiros no combate aos incêndios. Em relação à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, reiterou que, no que diz respeito à prevenção de ocorrência de incêndios, o Município vai além das suas competências, embora reconheça que ainda há muito a fazer nessa matéria e que se cada um fizesse a sua parte, as ocorrências seriam bem menores. Deu conhecimento das ações realizadas após os incêndios de Boticas, nomeadamente o contacto com o Ministério da Agricultura para englobar as aldeias afetadas no Despacho de Agosto, tendo obtido a garantia que seria efetuada uma adenda ao mesmo; da realização de reuniões com os presidentes de Junta de Freguesia e dos Conselhos Diretivos das áreas afetadas, para além de outras questões, coordenar o levantamento das necessidades mais urgentes a identificar naqueles territórios, como é exemplo a aquisição de alimentação para os animais; da realização de uma reunião com o ICNF, aguardando a receção de um relatório com o apuramento dos prejuízos resultantes dos incêndios no que à floresta diz respeito, sem o qual não é possível realizar qualquer tipo de ação no terreno; apoio técnico do Município, juntamente com técnicos da Cooperativa Agrícola de Boticas, no levantamento de necessidades e submissão de candidaturas

à Direção Regional da Agricultura, destinado a apoiar os municípios que tiveram prejuízos resultantes dos incêndios ocorridos. Em relação à questão da atribuição dos apoios previstos na medida "Enxoval do Bebé", referiu que a existência de "queixas" é sinal que o Município é rigoroso na análise e atribuição dos apoios, porque existem pessoas que fazem o pedido mas não é apresentada toda a documentação exigida no respetivo regulamento. Relativamente ao ambiente, informou dos esforços do Município e das Juntas de Freguesia na conservação dos rios e na preservação das espécies cinegéticas. Em relação à ETAR de Boticas, informou da existência da licença da mesma, emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente, encontrando-se por isso, cumpridos todos os critérios exigidos. Informou de uma descarga de saneamento efetuada no Ribeiro do Fontão, fruto de um rebentamento de uma conduta, tendo ficado a situação resolvida de imediato.

2.1 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;

O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, destacou a diversidade de atividades realizadas no verão pelo Município que orgulham, na sua opinião, os residentes e emigrantes do Concelho, caracterizando Boticas como um concelho cada vez melhor para visitar, como se tem comprovado pelo número de visitantes que têm vindo até Boticas. Destacou a iniciativa "Verão em Festa" nas freguesias, considerando-a como um bom exemplo de descentralização; a realização do Cortejo

Etnográfico; a realização da 18.ª edição do Dia do Idoso e a homenagem ao falecido Padre Arnaldo Moura. Agradeceu, em nome do Grupo Municipal do PSD, à Santa Casa da Misericórdia de Boticas, pela atribuição do nome daquele padre ao Lar de Acamados recentemente inaugurado. Parabenizou, em nome daquele Grupo Municipal, o Presidente da Câmara Municipal pela sua recente eleição como Vice-Presidente da Mesa da Seção de Municípios de Montanha da ANMP. _____

___ 2.2 - EHATB, EIM, SA - Relatório de Execução Orçamental reportado ao 1.º semestre 2016; _____

___ O Presidente da Assembleia Municipal informou que o referido Relatório não seria submetido a votação, estando disponível para consulta na Mesa para qualquer interessado. _____

___ 2.3 - Proposta de Fixação e de Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis - 2016; _____

___ O Presidente da Câmara Municipal informou que o executivo camarário decidiu manter a taxa de IMI nos mínimos para os prédios, ou seja em 0,3%. Explicou existirem apenas alterações no que diz respeito à constituição do agregado familiar, imposto por lei, através de descontos com valores em função do número de elementos do agregado e não em percentagens como acontecia anteriormente. _____

___ O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, destacou, em nome do Grupo Municipal do PSD, a boa gestão financeira efetuado pelo Município que tem permitido manter as taxas de IMI no mínimo. Disse ter preferência pela aplicação de percentagens no que diz respeito aos descontos que inci-

dem sobre os agregados familiares, uma vez que o Município arrecadaria mais receitas, reforçando no entanto que isso não é possível pela lei atual, como anteriormente referido. _____

___ De seguida foi posta a votação o ponto "2.3 - Proposta de Fixação e de Redução da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis - 2016" tendo sido aprovada, por maioria, com a abstenção do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares. ___

___ 2.4 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - 2017; _____

___ O Presidente da Câmara Municipal informou que a proposta apresentada consiste, como tem sido habitual nos anos anteriores, na devolução aos munícipes dos 5% de IRS a que o Município tem direito. _____

___ De seguida foi posto a votação o ponto "2.4 - Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS - 2017" tendo sido aprovada, por unanimidade. _____

___ 2.5 - Proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita da Câmara Municipal para o ano de 2016; _____

___ O Presidente da Câmara Municipal explicou da necessidade de realização desta 2.ª revisão da receita do orçamento, pelo facto de não se ter procedido à inscrição da totalidade de verbas previstas para alguns projetos incluídos no orçamento de 2016, por não existirem, à data de elaboração do orçamento, certezas quanto à aprovação de candidaturas e conseqüente realização dos projetos. Disse que se as mesmas tivessem sido inscritas na sua totalidade em orçamento e as candidaturas

não fossem aprovadas, teriam prejudicado a taxa de execução, sendo por isso preferível a realização de uma revisão que proceda ao reforço das rubricas agora necessárias, o que permite uma boa gestão das contas do Município e o alcance de boas taxas de execução do orçamento. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, disse ter pensado que a revisão ao orçamento da receita poderia ter sido utilizada para reforçar a realização de atividades culturais, através por exemplo, da inauguração de uma exposição no Centro de Artes Nadir Afonso. Aproveitou para solicitar a razão pela qual ainda não foi inaugurada nenhuma exposição do Mestre Nadir Afonso, este ano, naquele centro de artes. Referiu que a Fundação criada em Chaves poderá absorver todo o valor ligado ao Mestre existente em Boticas. Disse que a taxa de execução da receita não está no nível que deveria estar, parecendo-lhe que a presente proposta seja uma maneira de a aumentar. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, questionou se iriam existir aumentos nas rubricas destinadas à Santa Casa da Misericórdia de Boticas. _____

___O Presidente da Câmara Municipal afirmou que se a Santa Casa da Misericórdia de Boticas venha a necessitar de ajuda para a realização de obras, a Câmara Municipal não deixará de ponderar o eventual apoio. Informou que não está previsto na presente proposta, qualquer reforço de rubrica destinado àquela entidade. Deu os parabéns à Santa Casa da Misericórdia de Boticas pela boa gestão daquela instituição. Em relação

à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, disse estar satisfeito pelo mesmo considerar a importância do Centro de Artes Nadir Afonso, tendo em conta todos os problemas e ações verificados a propósito daquele Centro de Artes. Afirmou que irá ser realizada, a seu tempo, uma nova exposição de obras do Mestre Nadir Afonso, previsto no Protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Boticas e a Fundação Nadir Afonso. Explicou que o aumento de valor das rubricas do orçamento não faz aumentar a taxa de execução daquelas rubricas, explicando de uma forma simples as contas.

___De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto " 2.5 - Proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita da Câmara Municipal para o ano de 2016", tendo sido aprovada por maioria com três votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, Rui Álvares e Arnaldo Videira e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso.

___ 2.6 - Proposta de Adesão do Município de Boticas ao CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo;

___O Presidente da Câmara Municipal disse já ter sido explicado anteriormente pelo 1.º Secretário Executivo da CIM-AT, o objetivo da adesão ao CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo, encontrando-se disponível para qualquer esclarecimento.

___De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto " 2.6 - Proposta de Adesão do Município de Boticas ao CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo", tendo sido aprovada por unanimidade.

___2.7 - Proposta de Autorização para Repartição de Encargos Plurianuais para Execução da Empreitada " Construção do Complexo Desportivo Multiusos de Pistas para Desportos Radicais;_____

___O Presidente da Câmara Municipal informou que esta obra iria ser realizada através das contrapartidas financeiras pela construção das barragens do Rio Tâmega da empresa "Iberdro-la", prevendo-se o início do arranque das obras no presente ano e sua conclusão no início do ano de 2017. Esclareceu que os encargos plurianuais são sujeitos por lei à autorização da Assembleia Municipal, razão pela qual o presente ponto é submetido à Assembleia._____

___De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto " 2.7 - Proposta de Autorização para Repartição de Encargos Plurianuais para Execução da Empreitada " Construção do Complexo Desportivo Multiusos de Pistas para Desportos Radicais", tendo sido aprovada por maioria com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Arnaldo Videira e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto._____

___2.8 - Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipais / Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM);_____

___O Presidente da Câmara Municipal explicou que parte das competências atribuídas aos municípios, no que diz respeito

ao transporte público de passageiros, foram transferidas para as Comunidades Intermunicipais, de acordo com a lei em vigor, nomeadamente nas linhas de transportes que passam por vários concelhos. Informou que as linhas de transporte existentes única e exclusivamente no Concelho de Boticas continuam a ser da competência do Município. Explicou que esta alteração decorre da obrigatoriedade de existência de transporte público nas localidades com mais de 40 habitantes, existindo necessidade de articulação entre os vários municípios para a concretização desse objetivo.

De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto " 2.8 - Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros Municipais / Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM)", tendo sido aprovada por unanimidade.

2.9 - Proposta "Regulamento Municipal de Transportes Escolares" / Aprovação definitiva;

O Presidente da Câmara Municipal informou que o regulamento tem como objetivo a definição das condições para o pagamento da totalidade, pela Câmara Municipal, do valor dos passes escolares dos alunos do Concelho de Boticas que frequentam o ensino secundário. Disse ter sido uma decisão aplicada em janeiro de 2016 que precisa de ser regulamentada e que permite aos encarregados de educação não terem qualquer custo no que diz respeito ao transporte dos alunos que frequentam o ensino secundário, tal como já acontece com os

alunos do pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º ciclo, uma vez que a Câmara Municipal já paga os 50% do valor total do passe que estava a cargo dos encarregados de educação. Esclareceu que os alunos que frequentam a Escola Profissional de Chaves não são contemplados com esse apoio, uma vez que já recebem apoios próprios para as suas despesas de transporte. Por outro lado, informou ainda da inclusão nesse apoio, dos passes dos alunos que frequentam cursos técnicos superiores profissionais em Chaves, de equivalência ao 12.º ano, que neste caso não recebem qualquer apoio para transporte pelas instituições escolares.

___De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto " 2.9 - Proposta "Regulamento Municipal de Transportes Escolares" / Aprovação definitiva", tendo sido aprovada por unanimidade.

___2.10 - Proposta de "Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais do Concelho de Boticas" / Aprovação definitiva.

___O Presidente da Câmara Municipal informou que o objetivo do regulamento em causa é o da redução de prazos para alienação de imóveis, facilitando e encurtando todos os procedimentos necessários para a sua alienação, uma vez que se tem verificado que o processo é demasiado longo.

___O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, solicitou ao Presidente da Câmara se neste caso, se poderiam seguir as regras gerais de alienação de imóveis, dando como exemplo as regras de alienação dos imóveis do Estado. Per-

guntou ainda se este regulamento segue as mesmas regras de outros municípios ou se contém especificidades relacionadas com o Concelho de Boticas. _____

___O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que relativamente à criação do regulamento de alienação de imóveis municipais do Concelho de Boticas, o mesmo decorre da lei e que tal como outros municípios, o Município de Boticas criou o seu próprio regulamento para disciplinar todo o processo de alienação, facilitando, encurtando e dando mais transparência a todo o processo, pois apesar de ser igual a outros municípios, cada Município tem que possuir regulamentação própria. _

___De seguida procedeu-se à votação da proposta relativa ao ponto " 2.10 - Proposta de "Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais do Concelho de Boticas" / Aprovação definitiva", tendo sido aprovada por maioria com um voto contra do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares. _____

___A Mesa da Assembleia Municipal solicitou aos membros da Assembleia, a pedido da Câmara Municipal, autorização para aprovação em minuta dos pontos 2.2 até 2.10, tendo sido aprovado, por maioria, com dois votos contra dos membros da Assembleia Municipal, Rui Álvares e Arnaldo Videira e uma abstenção do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto. _

___**Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.**_____

___E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião eram 12 horas e 25 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a

Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, com dois votos contra e uma abstenção, a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei. _____

A handwritten signature in blue ink, consisting of a vertical line on the left, a loop, and a long horizontal stroke extending to the right.

Filipe Silva

6

ANEXOS

- 2016 -

Com o devido e necessário mandato para representar a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, e no cumprimento da Lei vigente, apresentamos o resumo das principais atividades desta Entidade comum e agregadora de vontades dos Municípios.

Tendo em conta que no ano de 2014 (primeiro ano de atividade da CIM-AT), o grande desafio foi elaborar, apresentar, validar e divulgar a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT-AT), tanto no plano interno como no plano externo, o que aconteceu com reconhecido sucesso – lembramos que tal documento é público, referência fundamental para o investimento no território do AT, estando disponível no site da CIM-AT;

Considerando que o ano passado a prioridade foi a elaboração, apresentação, validação e assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT-AT), o principal meio de implementação no terreno da Estratégia atrás referida, do qual demos pormenorizado conhecimento há sensivelmente um ano nesta Assembleia – lembramos que nas 11 prioridades de Investimento que constam no Pacto assinado estão garantidos 45,5 milhões de euros de Fundos Comunitários (que suportam mais de 50 milhões de euros de investimento total).

Sublinhamos garantidos porque essa verba não é concorrencial, está definitivamente alocada no AT.

Montante proveniente do PO Norte (38,7 milhões), PDR (4,7 milhões), PO SEUR (600.000€) e do POISE (1,5 milhões) e distribuídos pelos Municípios segundo a fórmula consolidada: 9% para Boticas, 32% para Chaves, 18% para Montalegre, 8% para Ribeira de Pena, 17% para Valpaços e 15% para Vila Pouca de Aguiar.

Acrescentamos que o valor assegurado para o AT corresponde a cerca de 11% do total disponível para a Região Norte, sendo que o Alto Tâmega, correspondendo a 13,5% do território, representa apenas 2,6% da população. Para atingir tal "performance" trouxemos outras variantes à discussão, com destaque para o índice de envelhecimento (2,5 vezes superior à média da Região Norte), níveis de escolaridade substancialmente abaixo da média, menor percentagem de população ativa e muito menor densidade de empresas (5 vezes menor que a média); apesar da também menor taxa de desemprego, melhores indicadores turísticos e balança comercial positiva.

Cumpramos, este ano, dar nota da operacionalização do Pacto, de outras candidaturas conjuntas dos Municípios que acrescentam mais fundos de investimento para o Alto Tâmega, bem como de outras ações relevantes.

1. Operacionalização do PACTO:

Antes de dar a conhecer o ponto da situação de cada uma das prioridades de Investimento que estruturam o PDCT-AT, torna-se pertinente informar que a CIM-AT foi constituída como Organismo Intermédio perante a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, Entidade que gere os Fundos Comunitários a nível Nacional.

Isto quer dizer que nas Candidaturas apresentadas no âmbito do Pacto, e em que a CIM não é Entidade Beneficiária, a CIM é Autoridade de Gestão, o que significa que faz a análise da elegibilidade das Candidaturas dos Municípios ou outras Entidades Beneficiárias, bem como dos respetivos pedidos de pagamento, assim como acompanha a Concretização das Operações.

Esta atividade estende-se ao PEDU de Chaves.

A gestão e coordenação fica a cargo do Secretariado Executivo, tendo sido criadas três unidades técnicas na sequência da necessária segregação de funções: admissão e análise de candidaturas, análise de pedidos de pagamento e acompanhamento das candidaturas. Secretariado e técnicos adstritos a estas funções participaram, durante o mês de junho, em formação específica para o efeito.

Ponto de Situação

- a. **Prioridade de Investimento/P.I./2.3 – Modernização Administrativa**
– O período de candidaturas decorre até 31 de dezembro próximo. Os Municípios são Beneficiários e já foram realizadas várias reuniões tendo em vista a coordenação, compatibilização e complementaridade nos objetivos a alcançar. Estão disponíveis 2,3 milhões de euros para criar redes de serviços partilhados que permitam aumentar, efetivamente, a capacidade de acesso dos cidadãos à informação e utilização de serviços "on line". Está em causa o reforço da capacidade institucional e a eficiência da Administração Pública. As TIC têm de se constituir fator de desenvolvimento, não obstáculo ao mesmo.
- b. **P.I./3.4 – Com 4,7 milhões de euros disponíveis, tem duas componentes: Regadios Tradicionais (3,2 milhões) e Segurança de Barragens (1,5 milhões).**

Esta última componente é responsabilidade do Ministério da Agricultura e os Beneficiários da recuperação de Regadios Tradicionais são as Juntas de Agricultores. Segundo informação da Direção Regional de Agricultura, o aviso de Candidatura será publicado este mês.

- c. P.I./4.3 – Eficiência Energética –** Estão disponíveis 7 milhões de euros, também em duas componentes – Edifícios Públicos e Iluminação Pública. Os Municípios são os únicos Beneficiários. Ultrapassadas algumas questões relacionadas com exigências da União Europeia, aguardamos para breve a abertura do período de candidaturas. Os Municípios conhecem a proposta de Aviso a publicar, publicação que certamente acontecerá durante o corrente mês.
- d. P.I./5.2 – Proteção Civil –** É a prioridade com menos disponibilidade – 600.000€ (500.000 para os Municípios e 100.000 para a CIM). A primeira fase de Candidaturas terminou a 8 de agosto. Apresentaram candidaturas a esta fase, os Municípios de Boticas e Valpaços. Aguardamos a abertura da segunda fase para apresentar as restantes. Os Municípios concorrem para limpeza de acessos e a CIM para revisão dos Planos Municipais de Emergência e Proteção Civil, com articulação intermunicipal e respetiva cartografia de risco.
- e. P.I./8.3 – Criação de Emprego por conta própria –** Estão disponíveis 7,2 milhões de euros para o efeito. Aguardamos instruções do Governo.
- f. P.I./8.8 – Apoio a Empresas –** Disponibilidade de 2,2 milhões de euros. Aguardamos indicações do Governo.
- g. P.I./9.1 – Contratos de Emprego/Inserção –** Disponíveis 8,1 milhões de euros. A Entidade Beneficiária é o IEFP. Os Municípios têm conhecimento da proposta de Aviso a publicar. Aguardamos decisão final.

h. P.I./9.4 – Apoio a Idosos, excluindo infraestruturas – Disponibilidade de 1,3 milhões de euros. Entidades Beneficiárias são os Municípios ou Entidades por eles indicadas. Já enviamos toda a informação solicitada pela Unidade de Gestão do PO ISE. Aguardamos a publicação do aviso de abertura do período de candidaturas.

I. P.I./9.7. – Infraestruturas Sociais – O Pacto disponibiliza 2,7 milhões de euros nesta prioridade. As propostas estão elencadas, aguardando-se a aprovação da tutela e a consequente publicação do aviso de abertura do período de candidaturas.

J. P.I./10.1 – Promoção do Sucesso Educativo – Disponíveis 4,3 milhões de euros. Seguindo uma linha de atuação que sempre se considerou a mais adequada, reunimos mais que uma vez, Direções dos Agrupamentos de Escolas e Responsáveis Municipais de Educação para apresentar propostas concertadas no sentido de melhorar as aprendizagens tendo em vista o sucesso dos alunos.

Os Agrupamentos de Escolas apresentaram ao Ministério as suas propostas, que estão a ser validadas. Haverá nova reunião conjunta para que os Municípios, Beneficiários nesta prioridade, possam avaliar as verbas a aplicar após a publicação do aviso (que se aguarda) de abertura das candidaturas para esse efeito.

I. P.I./10.5 – Infraestruturas Escolares – disponíveis 5,1 milhões de euros. A apresentação de candidaturas termina em 31 de outubro próximo.

Os Municípios são os únicos Beneficiários.

2. Outras Candidaturas apresentadas pela CIM em 2016:

2.1- Rede de Ecovias Minho – Tâmega – Douro / Ecovia da Água

Candidatura no âmbito do Interreg V A (POCTEP 2014-2020), que no caso do AT apresenta um investimento elegível de 10,8 milhões de euros. Esta candidatura foi apresentada em parceria com a CCDRN, a CIM do Douro e a Deputacion de Ourense. Já ultrapassou as primeiras fases de seleção. Aguardamos a decisão final. O financiamento é a 75% e o total da candidatura ascende a 23 milhões de euros (11 milhões/CIM Douro e 1 milhão/Ourense).

2.2- Qualificação, modernização, Inovação e Promoção da Rede das Áreas de Acolhimento Empresarial do AT – Candidatura elaborada pela CIM e apresentada em parceria com a EHATB. O valor total elegível ascende a 11,5 milhões de euros e os Beneficiários são os Municípios.

Segundo informação da CCDRN, o Governo chamou a si a análise e decisão final, que aguardamos.

- ### **2.3- Ações Coletivas (3) –**
- a) Programa de apoio à definição de estratégia de internacionalização e abordagem a mercados prioritários para os produtos endógenos da região do Alto Tâmega (146.751,35€);
 - b) Programa de atração e fixação de empreendedores no Alto Tâmega (469.452,50€);
 - c) Programa de apoio ao reforço da competitividade das PME's do setor florestal (469.516,40€).

Esta candidatura já foi aprovada na totalidade.

A CIM tem 24 meses para a executar. O tempo começou a contar em 19 de agosto passado. Total: 1.085.720,25€.

2.4- PROVERE (Estratégia de Eficiência Coletiva) – Candidatura apresentada em Parceria com a ADRAT. Os Beneficiários são os Municípios. Os objetivos são 3: Preservação das Características Ambientais do Território; Valorização e Promoção dos Produtos Territoriais; Consolidação de uma Cultura Histórica Territorial. Água, Natureza e Património são elementos de suporte na Valorização e Promoção do Território. O valor total elegível da candidatura é de 8,4 milhões de euros. As negociações que decorrem permitem concluir que a aprovação poderá fixar no AT cerca de 5 milhões de euros.

2.5- Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) – Aprovado.

Garante para o AT 2,3 milhões de euros de Investimento total.

Beneficiários são os Municípios (com exceção de Chaves) e a CIM (300.000€). Três notas explicativas necessárias:

- . O PAMUS é peça-chave a nível de NUT III para planeamento do sistema de mobilidade e transportes. Constituiu-se referência necessária na elaboração do PEDU de Chaves e dos PARU dos restantes Municípios;
- . Chaves não tem acesso a verbas pelo PAMUS porque para o mesmo efeito tem verbas no PEDU;

- . A verba adstrita à CIM tem em vista suportar custos adjacentes à transferência de competências decorrente da Lei e em análise na Ordem do Dia desta Assembleia.

3.Outras Informações Relevantes

- 3.1- Concluímos o trabalho que se traduz numa Proposta de Articulação dos Serviços Municipais de Proteção Civil no AT;
- 3.2- Capacitámos a CIM-AT com um sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, sistema já testado, que deu suporte à Proposta de Cursos de Formação Profissional para o ano letivo que agora inicia.

O SANQ foi desenvolvido em três eixos:

- Informação estatística sobre as dinâmicas recentes do Mercado de Trabalho no AT;
- Informação de base quantitativa sobre perspectivas de evolução da procura de Qualificações;
- Informação de base qualitativa sobre esta mesma evolução na procura de Qualificações.

Informação oficial que pagamos para adquirir nos diversos organismos nacionais, para além de inquéritos aos empregadores, análise de ofertas de emprego "on line" e outras intenções de recrutamento.

Foram realizadas reuniões presenciais com empregadores (para além dos referidos inquéritos) com os Agrupamentos de Escolas, com os Municípios e outros agentes por estes apontados, nomeadamente o IEFP, a ACISAT e a ADRAT.

- 3.3- Continuámos, em 2016, a proporcionar formação para colaboradores dos Municípios em áreas fundamentais de gestão por estes solicitada.
- 3.4- Temos vindo a fortalecer, como é visível, as parcerias com a ADRAT, ACISAT, outras CIM, Universidades e Politécnicos tendo em vista o desenvolvimento das pessoas e do território.
- 3.5- Elaborámos e demos execução, em tempo, a todas as propostas aprovadas em Conselho Intermunicipal ou solicitadas pelos Municípios.
Duas dessas propostas estão presentes nesta Assembleia, sendo as únicas que carecem de aprovação deste Órgão Autárquico.
- 3.6- Mantivemos contactos, em representação dos Municípios, com Entidades Externas, nomeadamente, DGEstE, CNCFS, ANQEP (SANQ), IEFP (Porto), AICEP, TPN, E ACES, para além dos Ministérios da Justiça, Ambiente, Planeamento, Saúde, Educação e Secretarias de Estado das Autarquias Locais e Comunidades.

3.7- Antes de concluir esta informação, dou nota a Esta Assembleia que a CIM apresentará, até dezembro, Candidaturas à Assistência Técnica, Planeamento em Alterações Climáticas, Parque Imaterial do AT e no âmbito da Carta de Compromissos em 4 áreas – Empreendedorismo Social, Marketing Territorial, Transferência de Tecnologias (Agro-alimentar) e Formação.

3.8- A concluir, uma referência para o apoio prestado às Candidaturas que Entidades Públicas ou Privadas do território entendem apresentar. O desafio que a todos se nos coloca é de mobilização e participação ativa na tarefa comum: continuar a fazer do nosso espaço territorial em lugar atrativo e agradável para viver, trabalhar e apreciar.